Brasília-DF



ROSANA HESSEL (INTERINA COM ISRAEL MEDEIROS)

Itamaraty tranquilo

Relações Exteriores viu com

tranquilidade o fato de Donald

Trump ter indicado o secretário

de Estado, Marco Rubio, para

ser o interlocutor com a equipe

brasileira nas negociações

bilaterais. Apesar de Rubio

ter feito duras críticas ao

Brasil e ao ministro Alexandre

de Moraes, do Supremo

Tribunal Federal (STF), o

chanceler Mauro Vieira tem

boas relações com ele. Esteve

com o secretário em junho,

no auge da crise comercial

entre os países. Fontes do

MRE informam que ambos

compartilharam "preocupação

quanto à necessidade de

manter canais abertos".

O Ministério das

rosanahessel.df@dabr.com.br

Imagem negativa cola na Câmara

A Câmara dos Deputados tentou melhorar a imagem com a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PL) 1.087/25, que amplia a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, na semana passada — uma pauta positiva na véspera de ano eleitoral. Contudo, o estrago deixado pela aprovação PEC da Blindagem foi grande e não será essa redução da mordida do Leão que vai redimir os deputados que votaram a favor do retrocesso, enterrado de forma contundente no Senado. O cientista político Rafael Cortez, da Tendências Consultoria, ressaltou que a aprovação da reforma do IR pela Câmara "é pontual" e "insuficiente para reverter a imagem negativa da instituição, junto ao eleitorado e à opinião pública, que as pesquisas de opinião apontam".

Vale ainda lembrar que o presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), parece insistir em pautas impopulares, tanto que já sinalizou que pretende colocar, em breve, a fatídica proposta de anistia aos condenados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pela tentativa de golpe de Estado. A conferir.



Pesquisa no forno

Nesta semana, a Quaest divulgará o resultado de levantamento sobre a percepção dos eleitores em relação aos deputados, após a aprovação da PEC da Blindagem. Os dados estarão na nova rodada da pesquisa de avaliação do governo, que será divulgada amanhã, de acordo com o CEO da consultoria, Felipe Nunes, que ainda está computando os dados

Disputa na capitalização

A ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, promessa de campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, deve beneficiar 10 milhões de brasileiros. E a matéria causará disputa entre os relatores pelo capital político que propicia. Na Câmara, o PLP da reforma do IR foi relatado pelo deputado Arthur Lira (PP-AL) e, no Senado, pode ser entregue ao senador Renan Calheiros (MDB-AL) para relatála — ambos são rivais políticos em Alagoas. Recentemente, uma proposta semelhante, relatada por Renan e de autoria do senador Eduardo Braga (MDB-AM), foi aprovada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na Casa, que foi mais ágil do que a Câmara — que só depois disso acelerou a tramitação do PLP enviado pelo Executivo ao Congresso, em março.

Élogo ali

Depois da aprovação da ampliação da isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil na Câmara, líderes governistas preparam uma nova ofensiva na Casa. Agora, para tentar pautar o texto que acaba com a escala 6x1. Os deputados sabem que o tema tem apoio popular e querem usar as articulações pela proposta como trunfo eleitoral em 2026. A ordem é aproveitar as recentes mobilizações populares para dar tração ao assunto.

Malas prontas

Na próxima segunda-feira, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, viaja para os Estados Unidos, onde participará do encontro de outono do Fundo Monetário Internacional, em Washington. O evento, realizado em parceria com o Banco Mundial, reúne os ministros das Finanças e da Fazenda dos 189 países-membros do FMI, assim como os respectivos presidentes dos bancos centrais. A agenda de Haddad ainda está sendo fechada nesta semana, mas aumenta a expectativa de que ele possa ter encontros com autoridades dos Estados Unidos depois do telefonema do presidente Donald Trump, ontem, para Lula, abrindo o diálogo entre eles.

A conversa entre Lula e Trump desorientou a estratégia de congressistas bolsonaristas que culpam o governo brasileiro pelo tarifaço. Alguns comemoraram a designação do secretário Marco Rubio para as negociações como uma derrota para a gestão petista. Mas diplomatas acreditam que Rubio deverá recuar no tom que tem usado contra Moraes. A mudança de postura do secretário prejudica, especialmente, Eduardo Bolsonaro (PL-SP), que vinha usando as falas de Rubio como um trunfo para inflamar seguidores.

Discurso esvaziado

Anistia ou dosimetria?

Nomes ligados a Jair Bolsonaro realizam, hoje, em Brasília, uma caminhada pela anistia aos envolvidos na tentativa de golpe de Estado. O movimento é para pressionar a Câmara a voltar a discutir um perdão aos vândalos do 8 de Janeiro e a Bolsonaro, em vez da revisão do tempo das penas. A caminhada, no entanto, deve ter pouca influência nas negociações, segundo parlamentares ouvidos pela coluna. O relator do texto, Paulinho da Força (Solidariedade-SP), tem repetido que não vai desafiar o STF: só aceita negociar o texto se for redução de pena.

Agenda cheia

A Confederação Nacional das Seguradoras (CNSeg) está com a agenda cheia de eventos em Brasília, nesta semana. Hoje, o presidente da entidade, Dyogo Oliveira, participa de uma audiência pública no Senado para debater a Medida Provisória 1.309/25, que cria o Plano Brasil Soberano e que socorre empresas exportadoras impactadas pelo tarifaço dos EUA. Amanhã, a instituição promove o evento "Pré-COP30 — A Casa do Seguro", para apresentar a agenda do mercado segurador na 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre mudanças climáticas, em Belém, em novembro. E, na quinta-feira, realiza a 8ª edição do Seminário Jurídico de Seguros.

TRAMA GOLPISTA

STF julga núcleo da "ação coercitiva"

Começa em 11 de novembro análise das acusações contra grupo do plano Punhal Verde e Amarelo, e inclui comandante do Coter

» FABIO GRECCHI

Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) começa julgar, em 11 de novembro, os réus do núcleo de "ações coercitivas" (Núcleo 3) de tentativa de golpe de Estado que visava manter Jair Bolsonaro na presidência da República. A data foi decidida pelo ministro Flávio Dino, presidente do colegiado, a pedido de Alexandre de Moraes, relator do processo.

Neste grupo, estão 10 aliados do ex-presidente, que, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), foram responsáveis por "ações táticas" da trama golpista. Os militares do Exército são: Estevam Theophilo de Oliveira, general de exército; Bernardo Romão Correa Netto, coronel; Fabrício Moreira de Bastos, coronel; Hélio Ferreira Lima, coronel; Márcio Nunes de Resende Júnior, coronel; Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, coronel; Rafael Martins de Oliveira, tenente-coronel; Rodrigo Bezerra de Azevedo, tenente-coronel; Ronald Ferreira de Araújo Júnior, tenente-coronel. O único não militar é Wladimir Matos Soares, que é policial federal.

Segundo a PGR, os militares empreenderam "ações de campo" para o "monitoramento e neutralização de autoridades" no fim de 2022. Por "neutralização", entenda-se o assassinato do ministro Alexandre de Moraes, então presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE); do então presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva e do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin. Os militares mais o



Theóphilo seria o responsável pela mobilização dos "kids pretos"

agente federal estavam inseridos no contexto do Plano Punhal Verde e Amarelo, da Operação Copa 2022 e da Operação Luneta.

Esse militares também teriam tentado convencer, por meio de pressão e insubordinação, o alto comando das Forças Armadas a aderir ao golpe bolsonarista. A principal iniciativa foi a "Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro", manifesto divulgado depois do segundo turno das eleições com críticas ao Poder Judiciário e referências à "insegurança jurídica e instabilidade política e social no país".

Desse grupo a ser julgado, chama a atenção a presença do general Estevam Theophilo, que, à época da elaboração da trama do golpe, estava à frente do Comando de Operações Terrestres, unidade estratégica do Exército responsável por planejar e coordenar operações terrestres. Como comandante do Coter, teria a responsabilidade de acionar militares das Forças Especiais — os "kids pretos" —, para executar a parte prática do plano, que incluiria a prisão de autoridades depois da assinatura de um eventual decreto golpista e de criação de um "Gabinete Institucional para Gestão de Crise" — que incluiria os generais Walter Braga Netto (então vice na chapa de Bolsonaro) e Augusto Heleno (à época, no controle do Gabinete de Segurança Institucional). Eles decretariam nula a eleição presidencial porque supostas fraudes eleitorais impediram a reeleição do ex-presidente. (Com Agência Estado)

